



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO Nº 009/2021

Senhora Presidente,

EM OBEDIÊNCIA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ASSAÍ E AO REGIMENTO INTERNO DESTE LEGISLATIVO, O SUBSCRITOR EXPÕE E AO FINAL REQUER.

CONSIDERANDO ser uma das funções do Legislativo Municipal fiscalizar os atos oriundos da Administração Pública, praticados pelo Senhor Prefeito Municipal e seu Secretariado, conforme dispõem o artigo 31 da Constituição Federal, o artigo 18 da Constituição do Estado do Paraná e o artigo 11, XI e XII da Lei Orgânica do Município de Assaí;

CONSIDERANDO que através do presente em defesa aos interesses da população da cidade de Assaí, existindo a possibilidade de reajustamento da Contribuição de Custeio para Iluminação Pública – COSIP ou CIP no nosso município;

CONSIDERANDO que há em trâmite uma ação judicial que garantiu a manutenção dos valores praticados no período de 2014, contudo tais valores, foram suficientes para manejo do caixa, em montante suficiente para a troca de leds no município todo, o que dispensa qualquer manutenção e realização de caixa sobre tal montante, uma vez que sua natureza propriamente dita se destina a exclusivamente garantir manutenção e instalação, e modernização do sistema de iluminação pública.

CONSIDERANDO que, muito embora possuamos dados relativos a garantia e custeio dos valores da CIP seria necessário a transparência pública à população de Assaí, no que consiste ao manejo dos valores recebidos e qual a destinação dos valores de sobra de caixa.

REQUER

Após oitiva do Emérito Plenário e atendidos os requisitos do artigo 168 do Regimento Interno desta Casa, que seja enviado este Requerimento ao Senhor Prefeito Municipal, para que possamos tomar medidas de adequação dos montantes arrecadados em prol da população de Assaí, principalmente nesse período de pandemia, solicitando as seguintes informações:



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

- A. Qual o produto de arrecadação do exercício de 2021 até a presente data?
- B. Qual o valor do gasto mensalmente de Iluminação Pública pagas com recursos da COSIP?
- C. Qual montante de sobra mensal de janeiro a junho do presente ano? E a sobra do exercício de 2020?
- D. Qual o montante existente em caixa, especificando a conta e ofertando extratos?
- E. Qual é o valor bloqueado na Ação Judicial proposta como garantia do juízo? Tais valores têm rendimentos?
- F. Existem licitações ativas ou projetos para desembolso destes valores pela Administração? Ofertar cópias dos contratos e projetos.
- G. Existem estudos pelo Executivo quanto a readequação dos valores?
- H. Qual a legislação atualmente vigente? Quais os valores aplicados e Tabelas?

Sala das Sessões, 28 de julho de 2021.

CLÉSIO CARLOS CRUZ

Vereador